



Correio Manhã

07-01-2020

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 115581

Temática: Justiça

Dimensão: 2706 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/6/7





SINDICATO | MEGAPROCESSOS

Manuel Soares, que representa os juizes, esclarece ao CM que os megaprocessos de hoje não poderiam ser divididos. "Em geral, e não já a propósito de qualquer processo pendente, enquanto existem megacrimes e megacríminosos, existirão megainvestigações."

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO ANO JUDICIAL



1 António Costa não marcou presença na cerimónia e fez-se representar pela ministra da Justiça 2 António Joaquim Piçarra criticou de forma dura o poder político que considerava ser o culpado da morosidade



SESSÃO ◉ Cerimónia contou com as principais figuras da Justiça portuguesa
AUSÊNCIA ◉ Primeiro-ministro foi a ausência mais visível na sessão no Palácio da Ajuda
CRÍTICAS ◉ Marcelo aponta morosidade como problema
SUPREMO ◉ Magistrado realça que demora se deve às leis aprovadas no Parlamento

Marcelo apoia salários mais altos para os juizes

Marcelo Rebelo de Sousa defende que a valorização dos magistrados era "premente". O chefe de Estado teceu críticas às perplexidades relativas ao estatuto remuneratório dos juizes que permitiu aos magistrados um vencimento superior ao do primeiro-ministro e semelhante ao do Presidente da República.



Marcelo Rebelo de Sousa durante o discurso na sessão solene

Justiça critica políticos e Costa falha cerimónia

TÂNIA LARANJO/RITA BATISTA

No dia em que António Costa não compareceu ao início do ano judicial - e fez-se representar pela ministra da Justiça, Francisca Van Dunem -, António Joaquim Piçarra, presidente do Supremo Tribunal, criticou o poder político, aquele que diz ser o único com capacidade de responder à morosidade nos grandes processos. "Se o nosso sistema legal e organizativo exige e impõe que estes processos complexos se tornem edifícios faraónicos de factos e de provas, a sua conclusão levará sempre vários anos", afirmou o juiz conselheiro, que



Francisca Van Dunem na cerimónia

MOROSIDADE NA JUSTIÇA ATRAVESSOU VÁRIOS DISCURSOS DA SESSÃO

diz que a "a manutenção do 'status quo' é um opção política (...) que tem consequências". Defendeu depois a alteração do quadro legal, para agilizar a Jus-

tiça: "Será sempre muito difícil compaginar nestes megaprocessos os vértices do estado de direito democrático, como a descoberta da verdade, a realização da justiça e o direito de defesa dos arguidos, enquanto o sistema não tiver condições de lidar adequadamente com estas realidades."

O tema da morosidade acabou por atravessar vários discursos - um dos exemplos foi a procuradora-geral da República, Lucília Gago, que falou da falta de recursos -, enquanto Marcelo Rebelo de Sousa criticou que alguns processos se prolonguem no tempo. O presidente

PORMENORES

Pendências diminuem

O ano de 2019 terminou com 310 mil processos pendentes, menos 35 mil que no ano anterior. A diminuição das pendências foi realçada pelos magistrados.

Cinco eixos fundamentais

A ministra da Justiça garantiu que o Governo elegeu cinco eixos fundamentais na Justiça: melhoria de acesso ao direito, modernização, melhoria da capacidade de gestão, reforço da proteção dos mais vulneráveis e combate à corrupção.

da República alertou mesmo para "a impaciência face ao tempo do sistema de Justiça", que afeta os cidadãos: "Os meses, os anos que vão decorrendo, tornam cada vez mais diluídas as perceções, os pré-julgamentos públicos, e até a convicção de que haverá um fim daquela história, ea vaga sensação de que, quando aparecer esse fim, será já tão tarde que um bocejo cansado substituirá a indignação de uma década antes, ou um encolher de ombros banalizará o veredicto, qualquer que ele seja", disse.

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL



SENTENÇA | MORTE DO TRIATLETA

Na próxima sexta-feira é conhecida a sentença do caso da morte do triatleta Luís Miguel Grilo. Rosa Grilo é acusada de coautoria na morte do marido, juntamente com o amante António Joaquim que deverá ser absolvido. Um caso que definiu o ano que passou e que marca o ano judicial que agora começa.



SALA | FALTA DE ESPAÇO
A FALTA DE ESPAÇO NA SALA PRINCIPAL ONDE DECORREU A CERIMÓNIA NO PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA, EM LISBOA, OBRIGOU A QUE TIVESSE HAVIDO UMA REDUÇÃO DO NÚMERO DE CONVIDADOS.

HACKER | DECISÃO SEGUNDA-FEIRA

O ano judicial vai começar com a decisão instrutória do caso do hacker do Benfica. Rui Pinto vai saber na próxima segunda-feira se vai ou não a julgamento. O pirata que atacou a Doyen terá ainda de responder num segundo processo, que está em inquérito, e no qual se discute o acesso aos encarcerados e também às mais altas figuras da Justiça.



DEPOIMENTOS

ANTÓNIO VENTINHAS
PRESIDENTE DO SINDICATO DOS MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

“Tem de se alterar o sistema”

António Ventinhas reiterou no final da cerimónia que “ou se aceita que os processos judiciais vão durar uma década a serem resolvidos nos tribunais ou então tem de se alterar o sistema judicial em Portugal”.



MANUEL SOARES
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS JUÍZES PORTUGUESES

“Sistema tem de eliminar quem comete atos errados”

Manuel Soares diz que “o sistema judicial tem de ter condições de expurgar os elementos que cometem atos errados. O sistema tem de ter mecanismos para retirar imediatamente esses juízes dos tribunais.”



“Ano judicial começa com nuvens negras”

O bastonário da Ordem dos Advogados eleito considera que o ano judicial “começa com algumas nuvens negras”, uma das quais resultante do anúncio do Governo da intenção de criar um sistema de delação premiada. Luís Menezes Leitão reitera que “as leis têm de se cumprir”.



Luís Menezes Leitão foi o primeiro a discursar na cerimónia

“Faltam meios humanos e técnicos na Justiça do País”

A procuradora-geral da República atribui a demora na conclusão de algumas das maiores investigações na Justiça à “falta de recursos”, tanto técnicos como humanos. Lucília Gago destacou a importância do combate à corrupção, dizendo que o problema no combate a este tipo de “criminalidade especializada” continua a residir na falta de recursos. Dedicou ainda grande parte do discurso ao facto de “ser fulcral uma melhor abordagem a fenómenos de violência juvenil”.



Lucília Gago destaca importância do combate à corrupção

Obras obrigam a alteração do local

As obras no Supremo Tribunal de Justiça obrigaram a que pela primeira vez a cerimónia de abertura do ano judicial se realizasse num outro local - o escolhido foi o Palácio da Ajuda.

Tancos gera tensão e põe magistratura em pé de guerra

SUSPEITA **Azere**do Lopes, antigo ministro da Defesa, é um dos principais arguidos no processo

As críticas de Francisco Louçã, conselheiro de Estado, ao pedido de Carlos Alexandre para ouvir presencialmente António Costa no âmbito do processo de Tancos não caíram bem na magistratura e ontem dominaram muitas das conversas na abertura do ano judicial. Ninguém quis responder às questões sobre o tema, nem tão pouco explicar se a ausência do primeiro-ministro - que só ontem confirmou a indisponibilidade de agenda - estavam relacionadas com o pedido de inquirição do magistrado.

Certo é que será já amanhã que se inicia a instrução do processo de Tancos. Um caso em que o antigo ministro da Defesa, José Azere

do Lopes, é um dos principais arguidos por suspeitas de envolvimento no reaparecimento do material militar roubado em Tancos. O processo de Tancos juntou o desaparecimento do material de guerra, em junho de 2017, e a sua recuperação três meses depois num reaparecimento que a investigação sempre acreditou ter sido montado pela Polícia Judiciária Militar com a conivência de altas patentes da GNR. Pelo caminho e ao longo da investigação, altas patentes militares foram suspensas de funções, o ex-ministro da Defesa, José Azere do Lopes, e o ex-chefe do Estado-Maior do Exército, general Rovisco Duarte, acabaram por apresentar demissão dos respetivos cargos.

FASE DE INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE TANCOS COMEÇA JÁ AMANHÃ



Roubo e reaparecimento encenado estão na base da investigação



Ferro Rodrigues no discurso

Ferro condena “um certo clima antiparlamentar”

O presidente da Assembleia da República considerou que se assiste ao “adensar de um certo clima antiparlamentar”, que condenou, manifestando-se contra “presunções de regeneração justicialista” que ponham em causa a autonomia do Parlamento. Eduardo Ferro Rodrigues discursou durante a cerimónia da sessão solene de abertura do ano judicial e destacou as novas regras “em matéria de rigor e transparência” aprovadas pelo Parlamento para os decisores públicos. Defendeu que agora há que, “sem margem para hesitações, estabelecer os meios imprescindíveis à boa execução das leis”.

TRÊS JUÍZES FORAM AFASTADOS DOS CARGOS

O presidente do Supremo e por inerência do Conselho Superior da Magistratura realçou que em 2019 foram instaurados 21 processos disciplinares a juízes. Três foram afastados de funções.

PACTO DE JUSTIÇA FICOU AQUÉM DO ESPERADO

Os presidentes das estruturas sindicais dos magistrados do Ministério Público e dos Juízes reconheceram que o Pacto da Justiça apresentado pelo Governo ficou aquém daquilo que era esperado.

SESSÃO SOLENE MARCA INÍCIO DO ANO JUDICIAL

A cerimónia da sessão solene de abertura do ano judicial acontece todos os anos em janeiro e marca o arranque de um novo ano judicial. Conta com a presença das principais figuras da área da Justiça.

MINISTRA ASSUME DESCRENÇA NA JUSTIÇA

Ministra da Justiça considera que há um certo clima entre a população portuguesa de desconfiança perante a Justiça: “Percebe-se mas temos de lutar para mudar essa convicção que existe”, disse.